

AVALIANDO POSSIBILIDADES E LIMITES DA CONTRIBUIÇÃO DA EDUCOMUNICAÇÃO NO ENSINO DE GEOGRAFIA EM UM CENÁRIO ATÍPICO DE ATIVIDADES REMOTAS

JÉSSIKA SABRYNA GOMES DA SILVA

Graduada pelo Curso de Geografia da Universidade de Pernambuco - UPE,
jessika.sabryna@upe.com;

SOLANGE FERNADES SOARES COUTINHO

Professora titular da Universidade de Pernambuco – UPE e pesquisadora
adjunta da Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ, solange.coutinho@upe.br.

RESUMO

O presente artigo teve por objetivo entender se, e como, a Educomunicação pode atuar positiva mente como ferramenta auxiliar ao Ensino de Geografia em tempos de atividades educacionais remotas, devido à pandemia da Covid-19. Metodologicamente a pesquisa se inseriu no âmbito dos estudos qualitativos, possuindo caráter bibliográfico, possibilitando problematizar teorias e hipóteses afim de compreender a produção do conhecimento sobre o Ensino Remoto Emergencial e propondo o uso da Educomunicação como processo de Ensino e Aprendizagem nas aulas de Geografia. O trabalho discorre sobre três pontos, o primeiro busca indicar a diferença entre Educação a Distância e Ensino Remoto Emergencial, o segundo ponto explica o que é Educomunicação e, por fim, como esta pode proporcionar um Ensino de Geografia com maior qualidade. Os resultados indicam a Educomunicação como uma ferramenta eficaz ao Ensino de Geografia na situação vivenciada em decorrência à pandemia e posterior a ela, percebendo sua contribuição frente à democratização e acesso ao conhecimento da Ciência Geográfica.

Palavras-chave: Educomunicação; Ensino Emergencial Remoto; Ensino de Geografia.

1. INTRODUÇÃO

A pandemia de Covid-19 vem trazendo impactos nos mais diversos segmentos da sociedade. Sem precedentes, caracteriza-se como a maior interrupção do processo ensino-aprendizagem da história da educação mundial. De acordo com a Unesco (2021), esse cenário é mais grave para alunos que se encontram socialmente vulneráveis. Para que houvesse continuidade no processo educacional de ensino e aprendizagem, um novo cenário se formou – o de transição e aceitação do período que está sendo chamado de Ensino Remoto Emergencial, semelhante ao processo da Educação a Distância (EAD), mas diferenciado daquele quando analisado com mais rigor.

O Professor José Manuel Moran (2012) define EAD como o processo de ensino, mediado por computadores, no qual professores e estudantes estão fisicamente separados, mas interligados por Tecnologias (digitais) de Comunicação e Informação (TIC). Já ao que concerne sobre o termo “Ensino Remoto Emergencial”, na literatura educacional, pouco se sabe e não existe conceito definindo tal termo a partir de diversos autores, uma vez que, diante do contexto a pandemia do novo coronavírus (Sars-CoV-2) é uma experiência extremamente nova que se constitui como alternativa para a manutenção e continuidade do processo de ensino e aprendizagem.

O ensino remoto praticado atualmente [na pandemia] assemelha-se a EAD apenas no que se refere a uma educação mediada pela tecnologia. Mas os princípios seguem sendo os mesmos da educação presencial. Faz-se necessário entender a diferença entre Ensino Remoto de Emergência e Educação a Distância. A Educação a Distância pressupõe coordenação, professor formador, apoio de tutores de forma atemporal, professor conteudista, carga horária diluída em diferentes recursos midiáticos e atividades síncronas e assíncronas. E isso não é, exatamente, o que está sendo feito durante o distanciamento social.

O maior desafio do “Ensino Remoto de Emergência” recai sobre os educadores. Como adaptar os conteúdos, as dinâmicas de sala, as aulas expositivas e práticas, e as avaliações – sem prejudicar o processo de aprendizagem? Como manter os alunos interessados, engajados e atentos? A tarefa é ainda mais complexa para aqueles que atuam em áreas onde não se usufruí ou não se usufruía de tecnologias de informação e comunicação ou que, de uma maneira geral, lecionam nas redes públicas de ensino.

E tem mais: a modalidade EAD é opcional, a pessoa é quem escolhe fazer um curso a distância, o que não foi o caso do Ensino Remoto Emergencial. Ninguém escolheu viver em uma situação de pandemia e ter que atuar como docente ou discente nesse tipo de ensino e aprendizagem. As circunstâncias levaram a isso, sem tempo de preparação tanto para os alunos e seus familiares, como para os professores e gestores educacionais. Mas como as realidades das instituições de ensino são diferenciadas, diferenciadas também foram e estão sendo as condições do Ensino Remoto, na maioria das vezes ampliando desigualdades já existentes.

A partir dessas inquietações em que se observa o sistema educacional despontando cada vez mais nas disparidades sociais, justifica-se a pesquisa como sendo necessária para o avanço do Ensino da Geografia em um cenário atípico de atividades remotas, visto que é proposta a Educomunicação como recurso facilitador ao processo de ensino e aprendizagem.

Em princípio, tem-se como objetivo geral entender como a Educomunicação pode atuar positivamente como ferramenta auxiliar ao Ensino de Geografia em tempos de atividades educacionais remotas devido a pandemia da Covid-19. Assim sendo, destriça-se este objetivo geral em três específicos, sendo eles: Identificar a diferença entre o Ensino Remoto Emergencial e a Educação a Distância (EAD), Compreender a relação entre Educomunicação e Ensino de Geografia e reconhecer nela formas de contribuição a um Ensino da Geografia de boa qualidade na condição remota e para além dela.

No que tange a metodologia usada, este trabalho se insere no âmbito dos estudos qualitativos, porquanto possibilita problematizar teorias e hipóteses no intuito de compreender, interpretar e dialogar com as vivências, opiniões, valores, ações humanas e sociais (MINAYO, 2012). Está apoiado no Estado da Arte, com o objetivo de compreender a produção do conhecimento sobre o Ensino Remoto Emergencial propondo o uso da Educomunicação como processo de Ensino e Aprendizagem nas aulas de Geografia, também por possuir caráter bibliográfico e propiciar a descrição e discussão de produções acadêmicas e científicas, bem como auxiliar no processo de construção e fortalecimento dessa área do conhecimento.

Ainda, nessa metodologia, foi possível conhecer o que já foi construído acerca da temática – os aportes teóricos mais relevantes e as experiências inovadoras – e o que ainda está lacunoso a respeito do objeto

de investigação (ROMANOWSKI; ENS, 2006; FERREIRA, 2002). Salienta-se que em dado momento da pesquisa houve dificuldades em encontrar materiais que dialogassem acerca da Educomunicação no ou para o Ensino de Geografia, servindo este trabalho como contribuição para divulgação de conhecimento nessa área, problematizando e subsidiando novas pesquisas, contribuindo para o entendimento e enfrentamento dos problemas educacionais provocados e/ou intensificados, pela crise social e sanitária.

A estrutura do trabalho está organizada a partir da Introdução, onde consta a descrição da problemática, apresentado de forma sucinta e breve a abordagem central da pesquisa, assim como os objetivos e a metodologia que foi utilizada. A Fundamentação Teórica do estudo foi dividida em tópicos nos quais se faz a distinção entre os termos Educação a Distância e Ensino Remoto Emergencial, bem como a Educomunicação como vertente educacional e a usabilidade da Educomunicação em tempos de Pandemia da Covid-19 e está baseada nos levantamentos bibliográficos relativos ao desenvolvimento do estudo. Seguem as considerações finais, que retomam à problemática do trabalho e indicam se os objetivos foram alcançados com êxito, e as referências presentes no texto.

2. DESENVOLVIMENTO

DISTINGUINDO O ENSINO REMOTO EMERGENCIAL DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

A conjuntura da crise sanitária dada pela disseminação do Novo Corona Vírus, que provoca a doença Covid-19, tem afetado mundialmente diversos setores e gradativamente, desde 2020, vem evidenciando problemáticas em áreas como educação, saúde, economia e cultura. Para que houvesse freio diante da dispersão do vírus, foi determinado em escala global o isolamento social, medida preventiva visando reduzir as taxas de contágio. Segundo dados da Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 2020), devido ao isolamento social, com as escolas fechadas, 9% das crianças e adolescentes brasileiras com faixa etária entre 4 a 17 anos estavam fora da escola e sem nenhum tipo de atividade escolar à distância, em outubro de 2020.

Neste contexto de inevitável e compulsória paralisação, foram levantados discursos acerca da realidade educacional, entre elas a de

Avelino e Mendes (2020) enfatizando que “os alunos terão de enfrentar um sistema de educação que não tem estrutura suficiente para ampará-los frente a essa nova realidade”. Diante da impossibilidade de realizar aulas presenciais, o sistema educacional precisou, e ainda precisa, buscar alternativas para atender as demandas da população e das suas famílias através de aulas remotas.

Se houvesse a oportunidade de inserir ante ao cenário pandêmico a realidade de um ensino postulado na Educação a Distância (EAD) ter-se-ia mais chances de haver um aprendizado pontual, enriquecedor e socialmente mais justo. Contudo, bem é visto que o processo de construção do conhecimento foi se valendo de condições emergenciais possíveis que tem se mostrado como alternativa mitigadora, através dos órgãos reguladores nacionais, que indicaram a continuidade do semestre letivo por meio de atividades remotas, passível assim a erros e acertos.

Para tanto, aqui se traz, a partir de revisão bibliográfica, a conceitualização de ambos os termos que usualmente tem entrado em cena na educação brasileira, para entender melhor a diferenciação deles nesse cenário atípico de Pandemia. Considera-se importante uma breve diferenciação entre Educação a Distância e Ensino Remoto Emergencial, mesmo que ambos envolvam o uso de recursos digitais para a sua implementação.

Nara Pimentel (2017), quando dialoga sobre os aspectos conceituais, políticos e tecnológicos da EaD, aponta que:

Historicamente, a modalidade a distância teve origem no século XIX e conheceu diferentes etapas evolutivas associadas às tecnologias de transporte, comunicação e informação. Do ponto de vista da evolução tecnológica, as gerações de EaD vão desde os cursos por correspondência, passando pela transmissão radiofônica e televisiva, pela utilização do telefone e informática, até os atuais processos de meios conjugados: a telemática e a multimídia. (PIMENTEL, 2017, p.27).

E no Art. 1º do Decreto Nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998 que regulamenta o Art. 80 da Lei Nº 9.394 que dispõe sobre o credenciamento de instituições para oferta de cursos ou programas na modalidade a distância, para educação básica de jovens e adultos, educação profissional de nível médio e educação superior, de 20 de dezembro de 1996 diz que:

Educação a distância é uma forma de ensino que possibilita a autoaprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados

em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diversos meios de comunicação. (BRASIL, 1998, p.1).

Moore e Kearsley (2007) e Charczuz (2020), ainda sobre a Educação a Distância, destacam que um curso é considerado como EaD quando nele existe a presença de professores e alunos que se encontram em um espaço virtual (predominantemente) organizado a partir de pressupostos didático-pedagógicos propostos para tal fim, que orientam a proposição de atividades e sua avaliação subsequente.

Já sobre o Ensino Remoto Emergencial, pouco se tem de conceituação acerca devido à imprevisibilidade na qual se desenvolveu o isolamento social e a necessidade em se praticar tal forma com pouca ou nenhuma experiência anterior. Ainda assim, o Conselho Nacional de Educação (CNE), por meio do Parecer Nº 5/2020, posicionou-se no que concerne ao Ensino Remoto Emergencial dizendo que:

As atividades pedagógicas não presenciais serão computadas para fins de cumprimento da carga horária mínima anual. O órgão destacou que essas atividades podem ser desenvolvidas por meios digitais (vídeo-aulas, conteúdos organizados em plataformas virtuais de ensino e aprendizagem, redes sociais, correio eletrônico, blogs, entre outros); por meio de programas de televisão ou rádio; pela adoção de material didático impresso com orientações pedagógicas distribuído aos alunos e/ou seus pais ou responsáveis; e pela orientação de leituras, projetos, pesquisas, atividades e exercícios indicados nos materiais didáticos (BRASIL, 2020, p. 9).

O CNE ainda informou que essa reorganização escolar é considerada como um ciclo emergencial e se denomina Ensino Remoto Emergencial, onde visa à mitigação dos impactos da pandemia na educação em razão da longa duração da suspensão das atividades educacionais de forma presencial nas escolas.

Behar (2020) reforça essa ideia quando diz:

O ensino é considerado remoto porque os professores e alunos estão impedidos por decreto de frequentarem instituições educacionais para evitar a disseminação do vírus. É emergencial porquê do dia para noite o planejamento pedagógico para o ano letivo de 2020 teve que ser engavetado (BEHAR, 2020, s.p).

Desta forma, o Ensino Remoto Emergencial se torna uma modalidade de ensino viável à realidade enfrentada, de separação física devido à conjuntura mundial de crise sanitária. Para isso é necessária uma busca de alternativas, como afirma Grossi, Minoda e Fonseca (2020):

Diante deste contexto, é importante salientar que o ensino remoto que vem sendo dado durante esta pandemia, não é considerado EaD, embora ele tenha semelhanças com essa modalidade de educação, principalmente no que se refere ao fato de que é a tecnologia que está promovendo a interação entre professores e alunos, os quais estão separados fisicamente (GROSSI, MINODA e FONSECA, 2020, p.151).

Almeja-se, dessa forma, que esse ensino mediado pelas tecnologias, onde a grosso modo se mostra apático, venha a alcançar êxito. É inviável tratar os assuntos curriculares da mesma forma como se estivessem sendo trabalhados em sala de aula, sem adequações ao momento vivido que diminua a aquisição de conhecimento. Ademais, uma situação de pandemia afeta de diversas formas o cotidiano das pessoas, especialmente no âmbito emocional.

Exposto as dificuldades que já assolam o campo educacional desde antes da Pandemia, traz-se à tona as palavras de Gutierrez (1978, p.14) em busca de alternativas exitosas, quando diz que “é urgente a necessidade de revisar a educação à luz das novas exigências [...] tanto por seu conteúdo quanto por suas formas.” Atenta-se que isso foi colocado em 1978 e que em 2020 a maior parte das escolas e professores ainda não estavam preparados para a situação que se estabeleceu, o que não quer dizer preparação para uma situação de pandemia, mas de melhor qualidade de ensino e de aprendizagem.

AFINAL, O QUE É EDUCOMUNICAÇÃO?

No intuito de contribuir para que essa necessidade de encontrar alternativas no âmbito educacional seja suprida, se propõe avaliar possibilidades e limites que a comunicação traz para que de forma adequada se dê o seu uso na educação. É indiscutível que a comunicação tem hoje um papel fundamental na vida de todo ser humano. Soares (2011) identifica da seguinte maneira:

Não se trata, pois, de educar usando o instrumento da comunicação, mas que a própria comunicação se converta no eixo vertebrador dos processos educativos: educar pela comunicação e não para a comunicação [...] “é preciso criar novos modelos de relação pedagógica e comunicativa”. (SOARES, 2011, p.20).

Esses textos, que já induziam a busca por alternativas às novas práticas pedagógicas e na defesa pela inserção da comunicação como agente ativo da Educação mesmo antes da pandemia, indica que o ensino busca sempre formas de aperfeiçoamento.

Moran (2007) considera que um dos eixos das mudanças na educação passa pela transformação da educação em um processo de comunicação autêntica e aberta entre professores e alunos. Reverbera-se, assim, a busca por essa junção, a de educar através da comunicação, visando, por exemplo, enfrentar um cenário atípico de aulas remotas em meio a um processo de crise sanitária, acreditando-se que não é só por meios e técnicas tradicionais que se detém o conhecimento. Comprovando tal argumento, Cavalcanti e Coutinho (2020), afirmam:

A informação, já não é adquirida prioritariamente através dos livros ou com professores e professoras, mas sim por uma complexa, abrangente e líquida teia de meios de comunicação que por sua vez possui filtros e mediações, escolhas e orientações políticas (CAVALCANTI; COUTINHO, 2020, p.325).

Diante disso, a educação se apoia na forma de desenvolver e potencializar o processo de ensino e aprendizagem através da utilização da comunicação, tendo o professor o papel de mediar o conhecimento. Endossa-se aqui, com o auxílio de Xavier e Costa (2010), que a informação é a matéria-prima que compõe o conhecimento, sendo ambos conceitos equivalentes neste sentido. Coube então, o uso da Educomunicação como método e processo que favorece a educação.

Para que se entenda o contexto da Educomunicação, se faz necessário refletir que a efetivação da educação se estabelece a partir de uma “ação comunicativa” entre os pares, nesse caso o professor e o estudante, na busca pela propagação do conhecimento, sendo a troca de informações uma “ação educativa”, priorizando então o diálogo entre professor-aluno”. Para Kaplún (1999) a “Comunicação Educativa” existe para dar à educação métodos e procedimentos para formar a competência comunicativa no “ecossistema escolar”. Esse ecossistema seria o

ambiente que envolve as relações dos indivíduos no campo escolar onde as ações comunicativas relativas à educação são implementadas, mas não somente nesse espaço.

Ancorando-se em Soares (2013) conceitua-se o termo Educomunicação como:

Conjunto das ações inerentes ao planejamento, implementação e avaliação de processos, programas e produtos destinados a criar e a fortalecer ecossistemas comunicativos em espaços educativos presenciais ou virtuais, assim como a melhorar o coeficiente comunicativo das ações educativas, incluindo as relacionadas com o uso dos recursos da informação nos processos de aprendizagem. Tem como essência a intencionalidade educativa e como meta o pleno exercício da liberdade de expressão dos atores sociais. (SOARES, 2013, p. 155).

Por sua vez, Machado (2007) pondera que:

A Educomunicação é um campo complexo, com várias práticas comunicacionais que atua na formação de agentes, atores sociais, e na educação formal ou informal, na perspectiva de garantir autonomia ao indivíduo em formação. (MACHADO, 2007, p. 3).

Mediante tais conceituações, é consistente o entendimento de que as práticas educomunicativas inseridas ao meio escolar ante à iminência do isolamento social produzem conhecimento a partir da troca de diálogo rompendo com a hierarquização do saber. Compreende-se que a pauta levantada não está na alçada propriamente dos meios de comunicação, mas no processo comunicativo/comunicacional em que propõe uma produção coletiva, sendo o professor um mediador, uma ponte para transpor e ampliar o conhecimento, promovendo o aluno à condição de protagonista. Ramos e Faria (2014) afirma que o “receptor ativo”, neste caso os alunos, podem transformar-se também em “comunicador criativo”, sendo nesse cenário um ator importante.

MAS COMO A EDUCOMUNICAÇÃO PODE CONTRIBUIR AO ENSINO DE GEOGRAFIA?

A Educomunicação questiona os métodos tradicionais da educação formal, podendo agir através tanto da tecnologia, como de metodologias

ativas, em que ambas devem trazer o aluno como protagonista no ambiente escolar, tornando o professor mediador do conhecimento que se constroi em sala de aula, como já se pontuou aqui. No que tange ao Ensino de Geografia, a utilização da Educomunicação inicialmente já se mostra adequada por estar ganhando maior aplicabilidade no campo educacional em função do caráter inclusivo da sua proposta.

Cabe aqui destacar que a Educomunicação vem ganhando cada vez mais visibilidade e adequação dentro do âmbito educacional e no processo de construção deste trabalho foi identificada uma pesquisa contemplando as palavras-chaves Educomunicação e Ensino de Geografia. Os autores retratam em seu trabalho a Educomunicação como uma importante experiência vivenciada, haja vista que ela é um meio de fortalecimento do potencial comunicativo dos sujeitos e de seus grupos sociais, oportunizando outras vivências comunicacionais e educativas, diferenciadas das que são padrões nos espaços educativos. (NASCIMENTO; OLIVEIRA, 2020)

O uso da Educomunicação, mesmo inserindo os professores em um contexto de alta complexidade, visa trazer efetividade e aceitação por parte dos protagonistas da Educação (alunos, gestão, colegas de trabalho). Como afirma Ferreira (2008, p.6), “As tecnologias por si só, não são capazes de promover as transformações necessárias, mas podem proporcionar através de propostas bem elaboradas a formação de pessoas competentes, habilidosas.”

No documento educacional normativo denominado de Base Nacional Comum Curricular, também conhecida como BNCC, é indicado em duas das suas dez competências o uso das tecnologias para melhor desenvolvimento educacional. Enquanto uma diz respeito ao uso das linguagens tecnológicas e digitais, a outra fala em utilizar a tecnologia de maneira significativa. Destaca-se a 5ª Competência que diz:

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva. (BRASIL, 2018, p.11).

Se faz necessário reconhecer o papel fundamental da tecnologia onde o estudante deve ser capaz de utilizar também as ferramentas multimídia para desenvolver sua comunicação. Contudo há necessidade de

relacionar o conteúdo, estabelecer a ligação entre a Educomunicação que seria um elemento assessorador da aprendizagem, da formação de ideias próprias em relação ao Ensino de Geografia. Indicar aos alunos que a comunicação, que pode ser realizada de forma passiva, pode e deve construir o conhecimento através, inclusive, das vivências tanto do aluno, quanto do professor, indicando que a Geografia está presente de variadas formas a vida de cada um, pertencendo ao seu cotidiano.

Sobre o ensino de Geografia, Vesentini (1989, p. 92) afirma que:

O ensino de geografia não consiste pura e simplesmente em reproduzir num outro nível o conteúdo da[s] geografia[s] crítica[s] acadêmica[s]; pelo contrário, o conhecimento acadêmico [ou científico] deve ser reatualizado, reelaborado em função da realidade do aluno e do seu meio. [...] O ensino de geografia no século XXI, portanto, deve ensinar – ou melhor, deixar o aluno descobrir – o mundo em que vivemos.

A partir do pensamento de Vesentini, inquiriu-se a idealização de construir uma atividade, jogo ou prática relacionada ao ensino da Geografia, fazendo-se pensar na possibilidade de desenvolvimento de um “Correio Geográfico”, que teriam como princípios trocar e disseminar informações, num processo construtivo e dialógico sobre temáticas pautadas na Geografia. A explanação de conceitos que muitas vezes são pouco entendidos seria um exemplo e função do Correio Geográfico.

Este desafio pressupõe descentralizar o saber, instigar a leitura e pesquisa por parte do alunado em sintonia com a ideia de dar lugar a pluralidade, desenvolvendo o protagonismo dos estudantes. Contudo, devido a inviabilização em se realizar tal prática, levanta-se tal ideia como proposta didática onde a Geografia pode ser um meio de esclarecer dados, fatos e informações sobre a pandemia, por exemplo, trazendo informações comprovadas cientificamente para dentro da escola e, ao mesmo tempo, porporcionando a sua circulação fora do espaço escolar, se utilizando da Educação e da Comunicação como possibilidades de contribuir para diminuição do adoecimento e da morte de pessoas. Mesmo não tendo sua importância plenamente reconhecida, professores sempre foram e continuarão a ser formadores de opinião.

Diante de tal proposição indica-se que haja a busca por novas maneiras de ensinar e aprender Geografia. Assim, sugere-se nesta pesquisa o uso da Educomunicação como opção estratégica frente ao momento pandêmico no qual todos estão inseridos. Reconhece-se que este campo

do conhecimento está em processo de aprimoramento, tendo pouco material bibliográfico para ser consultado, podendo esta pesquisa fazer parte do processo de construção e consolidação dessa área.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conjuntura atual de instalação de uma pandemia afetou drasticamente o cotidiano de muitos países e assim como nos diversos pilares importantes da sociedade, a educação adquiriu um novo desafio devido à necessidade de realizar o distanciamento social. A capacidade de se reinventar que a educação possui, muitas vezes devido às mudanças enfrentadas pela sociedade, a vem acompanhando desde a sua evolução em teoria e prática. Agora, mais uma vez, se está trilhando um momento de reinvenção e os profissionais da educação estão sendo fundamentais para construir as novas bases da educação nesses inéditos modos. A discussão entre Educação a Distância versus Ensino Remoto Emergencial fez-se então necessária para entender e distinguir tais termos.

Tendo por base as proposições aqui referenciadas e as práticas de ensino observadas, defende-se que a atual situação educacional a qual o Brasil se insere, na verdade está pautada na realização de um Ensino Remoto Emergencial, em muito diferenciado da EAD, em que o Ministério da Educação (MEC) conceitua como uma modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos, é regulada por uma legislação específica e se realiza a partir de planejamento, sendo implementada em situação de normalidade sanitária.

Devido as circunstâncias supramencionadas, este trabalho teve por objetivo primordial indicar a Educomunicação como um instrumento que pode auxiliar no Ensino de Geografia devido as implicações da pandemia de Covid-19 e a realização de um Ensino Remoto Emergencial. Pode-se, então, afirmar que esta pesquisa atingiu seu objetivo principal, pois apresentou a Educomunicação como uma nova perspectiva sobre a maneira de ensinar e aprender Geografia, levantando e discutindo hipóteses.

A metodologia utilizada para a construção do trabalho priorizou a leitura e a análise bibliográfica, com o intuito de abordar a temática concernente e exposta. Isso porque, este trabalho desenvolve uma análise essencialmente teórica do assunto por ele abordado, proporcionando

pensar novas perspectivas sobre a maneira de ensinar e aprender Geografia, agregando outros conhecimentos que vão para além da própria formação acadêmica.

A Educomunicação surge como auxílio as vias educacionais onde a circulação de informações em massa é infinita, porém não cíclica, e se busca construir metodologias educativas que acompanhem as transformações da educação e que proponham práticas integradoras e emancipatórias aos estudantes e professores para que seja possível continuar desenvolvendo/evoluindo na construção coletiva do saber integrado e acolhedor, uma vez que é se vive um momento de transição social que se reflete em mudanças significativas na forma de pensar e de fazer educação.

Afirma-se, então, que foi possível perceber a Educomunicação como proporcionadora de possibilidades frente à democratização e acesso ao conhecimento da Ciência Geográfica, devido ao processo pandêmico ao qual a sociedade foi imbuída, utilizando as mais variadas ferramentas comunicativas, buscando incluir aqueles estudantes que devido ao cenário mundial de pandemia ficaram restritos ao alcance da educação formal, mas também são várias as lições derivadas da situação de Ensino Emergencial Remoto, uma delas se refere às possibilidade e os limites da inserção da Educomunicação no Ensino da Geografia.

REFERÊNCIAS

AVELINO, Wagner Feitosa; MENDES, Jessica Guimarães. A realidade da educação brasileira a partir da COVID-19. **Boletim de conjuntura**, Boa Vista, v. 2, n. 5, p. 56-62, 2020. Disponível em: <<https://revista.ufrb.br/boca/article/view/AvelinoMendes/2892>>. Acesso em: 28 mar. 2021.

BEHAR, Patrícia Alejandra. **O Ensino remoto emergencial e a educação a distância**. Porto Alegre: UFRGS, 2020. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/coronavirus/base/artigo-o-ensino-remoto-emergencial-e-a-educacao-a-distancia/>>. Acesso em: 10 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base nacional comum curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CP Nº: 5/2020**. Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima

anual, em razão da Pandemia da COVID-19. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category_slug=marco--2020-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 10 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto Nº 2.494**, de 10 de fevereiro de 1998. Regulamenta o Art. 80 da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e dá outras providências. Brasília, DF: 1998. Disponível em: <<https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/dc249498.pdf>> Acesso em: 14 abr. 2021.

CAVALCANTI, Edneida Rabêlo; COUTINHO, Solange Fernandes Soares. Educomunicação em Unidades de Conservação no Brasil: sua contribuição ao processo educativo formal e não formal. In: **Atas** do IV Congresso Internacional sobre Educação, Ambiente e Desenvolvimento. Lisboa, Portugal: OIKOS – Associação de Defesa do Ambiente e do Património da Região de Leiria; Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Politécnico de Leiria, 2020. p:322-325. Disponível em: <<https://4ciead.ipleiria.pt/files/2021/02/Atas4CIEAD.pdf> >Acesso em: 14 mar. 2021.

CHARCZUK, Simone Bicca. Sustentar a transferência no ensino remoto: docência em tempos de pandemia. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 45, n. 4, e109145, 2020. Disponível em: <SciELO - Brasil - Sustentar a Transferência no Ensino Remoto: docência em tempos de pandemia Sustentar a Transferência no Ensino Remoto: docência em tempos de pandemia> Acesso em: 16 mar.2021.

FERREIRA, Norma Santa de Almeida. As pesquisas denominadas “Estado da Arte”. **Educ. Soc.** Campinas, v. 23, n. 79, p. 257-272, 2002. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2021.

FERREIRA, Alan Silva. **A construção do conhecimento no ensino de Geografia apoiado pelas tecnologias da informação e comunicação**. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<https://www.webartigos.com/artigos/a-construcao-do-conhecimento-no-ensino-de-geografia-apoiado-pelas-tecnologias-da-informacao-e-comunicacao/11162/>>. Acesso em: 14 mar. 2021. **Não encontrei no texto.**

GROSSI, Marcia Gorett Ribeiro, MINODA, Dalva de Souza Minoda, FONSECA, Renata Gadoni Porto. Impactos da Pandemia do Covid-19 na Educação; reflexos na vida das famílias. **Teoria e prática da educação**. 23(3), p.150-170, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.4025/tpe.v23i3.53672>>. Acesso em: 30 jul. 2021

GUTIERREZ, Francisco. **Linguagem total**: uma pedagogia dos meios de comunicação. São Paulo: Editora Summus, 1978. **Não encontrei no texto**.

KAPLÚN, Mário. Processos educativos e canais de comunicação. **Comunicação & Educação**. São Paulo: CCAECA-USP/Moderna, n. 14, jan./abr.1999. p.68-75.

MACHADO, Eliany Salvatierra. **Educomunicação transforma escola em polo de reflexão e diálogo**. São Paulo: Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.usp.br/nce/wcp/arq/textos/202.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.17, n. 3, p.621-626, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141381232012000300007&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 10 mar. 2021

MORAN, José Manuel. **A educação que desejamos**: novos desafios e como chegar lá. 2. ed. Campinas, SP: Papirus, 2007. p.74-81. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/prof/moran/site/textos/educacao_inovadora/aprend.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2021.

MORAN, José Manuel. **Novos caminhos de ensino a distância**. Centro de Educação a Distância. Rio de Janeiro: Senai, 2012.

MOORE, Michael Grahame; KEARSLEY, Greg. **Educação a distância**: uma visão integrada. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

Nascimento, Clesley Maria Tavares do; Oliveira, Anderson Felipe Santos. Janela Geográfica, uma Experiência Educomunicativa Holística no Ensino de Geografia. **Geographia**, 23(50), 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2021.v23i50.a44355>>. Acesso em: 23 ago. 2021.

PIMENTEL, Nara. A modalidade a distância no Brasil: aspectos conceituais, políticos e tecnológicos. In: PEREIRA, M. de F. R.; MORAES, R. de A.; TERUYA, T. K. (Org.). **Educação a distância (EaD): reflexões críticas e práticas**. Uberlândia, MG: Navegando Publicações, 2017. p. 25-40.

RAMOS, Peterson; FARIA, Moacir Alves de. Educomunicação: O rádio como ferramenta da cidadania. **Revista Eletrônica Saberes da Educação**, v. 5, n. 1, 2014. Disponível em: http://docs.uninove.br/arte/fac/publicacoes_pdf/educacao/v5_n1_2014/Peterson.pdf. Acesso em: 14 mar. 2021.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Joana Paulin. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Diálogo e educação**, Curitiba, v. 6, n.19, p.37-50, set./dez. 2006. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/24176/22872>>. Acesso em: 10 mar. 2021

SOARES, Ismar de Oliveira. Educomunicação e as múltiplas tradições de um campo emergente de intervenção social na Europa, Estados Unidos e América Latina. In: LIMA, João Cláudio; MARQUES, José (Orgs). **Panorama da comunicação e das telecomunicações no Brasil**, 2013, IPEA, Memória-Brasília, v. 4, p.169-202.

SOARES, Ismar de Oliveira. Educomunicação: Um campo de mediações. In: CITELLI, Adilson; COSTA, Maria Cristina Castilho. **Educomunicação: construindo uma nova área de conhecimento**. São Paulo: Paulinas, 2011. p. 13-30.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura. **Consequências adversas do fechamento das escolas**. Unesco: 2021. Disponível em: <https://pt.unesco.org/covid19/educationresponse/consequences>. Acesso em: 20 abr. 2021.

UNICEF. Fundo das Nações Unidas para a Infância. **Impactos primários e secundários da COVID-19 em crianças e adolescentes: Relatório de análise, 1ª Onda, 2020**. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/media/11331/file/relatorio-analise-impactos-primarios-e-secundarios-da-covid-19-em-criancas-e-adolescentes.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2021.

VESENTINI, J. W. **Geografia e ensino: textos críticos**. Campinas, SP: Papirus, 1989.

XAVIER, Rodolfo Coutinho Moreira; COSTA, Rubenildo Oliveira da. Relações mútuas entre informação e conhecimento: o mesmo conceito?. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 39, n. 2, p. 75-83, maio/ago., 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652010000200006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 02 maio 2021.